

Paraná:

Mário Gomes — PSD.

Rio Grande do Norte:

Tarso Dutra — PSD.

Rio Branco:

Nova da Costa — PSD — (39).

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 38 Senhores Deputados. Está aberta a sessão.

II — O SR. DIRCEU CARDOSO (*Servindo como 2.º Secretário*) — procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações assinada.

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO (*Servindo como 1.º Secretário*) — procede à leitura do seguinte

III — EXPEDIENTE

Do Sr. José Raimundo, nos seguintes termos:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

Comunico a V. Exa., para os devidos efeitos, que, nesta data, reassumo a minha cadeira de Deputado Federal.

Sala das Sessões, em 26-8-1961.
— José Raimundo.

Do Sr. Armando Carneiro, nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa., que nesta data reassumo o exercício do mandato de Deputado Federal, desistindo do restante da licença que me foi concedida.

Sala das Sessões, 26-8-1961. —
Armando Carneiro.

IV — O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Tem a palavra o Sr. Bezerra Leite, para uma comunicação.

O SR. BEZERRA LEITE (*Lê a seguinte comunicação*) — Sr. Presidente, com a renúncia, ontem, do Senhor Presidente da República, deverá assumir o Governo do País o Vice-Presidente João Goulart.

As Forças Armadas deverão cumprir fielmente os seus deveres constitucionais, assegurando a ordem pública, garantindo as instituições e preservando, em toda a sua pureza, em toda a sua essência, o regime democrático.

As reiteradas declarações dos chefes militares de que serão os fiadores da legalidade e da ordem, tranquilizam a Nação brasileira.

Nesta hora de transição que vive o País, precisamos de calma, ponderação e sobretudo de moderação em nossos pronunciamentos e em nossas atitudes.

O destino da nacionalidade em defesa própria do regime democrático estão a exigir de cada cidadão a exata compreensão do momento que estamos vivendo.

O Governo que vai ser empossado, pela sua formação trabalhista, pela sua militância na chefia política de um dos maiores partidos brasileiros, pelos vínculos da sua liderança popular, tem a perfeita noção da sua responsabilidade, já dispõe de comprovada experiência de governo e tem acima de tudo a sensibilidade para a percepção exata e para a condução adequada dos problemas sociais, econômicos, que conceituam a realidade política nacional.

Podemos confiar tranquilamente em João Goulart. Em sua longa atuação político-partidária, ele sempre soube se situar, sempre soube se conduzir como um trabalhista consciente e idealista, pugnando pela justiça social, pela melhor distribuição das riquezas e das oportunidades, pela maior assistência aos trabalhadores, pela contínua e progressiva humanização do sistema capitalista, pela melhoria das condições de vida do nosso povo, sem recorrer às soluções extremadas, sem o recurso de processos revolucionários. Ele é o

líder de um partido socializante, nacionalista, cristão e democrático, que propugna pela concretização dos seus princípios programáticos, dentro de um ciclo de evolução que se executa nos termos mais exatos da legalidade, da obediência aos preceitos constitucionais, e que tem o sentido da preservação da nacionalidade, da defesa da nossa sociedade, do amparo à família, do respeito às convicções religiosas. Que tem como escopo a justiça social e a redenção econômica do nosso povo.

João Goulart vai se conduzir no Governo como o poder moderador, que vai disciplinar sem os excessos do absolutismo, que vai governar com a razão e o direito e que terá, nos dispositivos da Constituição Brasileira, o rumo certo para a sua atuação. (*Muito bem*)

O SR. ANÍSIO ROCHA (*Para uma comunicação*). * — Sr. Presidente, dizia eu ontem nesta tribuna que a Nação está vivendo há oito dias momentos de intranquilidade. Esta intranquilidade foi acentuada 24 horas antes, com a denúncia do Governador da Guanabara de que o Sr. Jânio Quadros conspirava contra o regime constituído.

Dizia também, Sr. Presidente, que a Carta Brandi foi uma farsa, mas Aragarcas, não.

O Partido do Governador da Guanabara não lhe deu crédito e muito menos lhe deu crédito a Maioria.

Hoje, Sr. Presidente, vemos que o Governador Carlos Lacerda tinha razão. A renúncia do Sr. Jânio Quadros provou que S. Exa. estava realmente conspirando contra as instituições democráticas do País.

Pedi fôsse constituída uma comissão de inquérito para serem ouvidos nesta Casa o Ministro da Justiça do Sr. Jânio Quadros e o Sr. Carlos Lacerda. Volto a formular hoje à Mesa da Câmara esse pedido. Que venham imediata-

mente a esta Casa do Congresso Nacional o Ministro Pedrosa Horta, como também o Sr. Carlos Lacerda, porque a Nação precisa saber o que está acontecendo e o que aconteceu nestas últimas horas.

Sr. Presidente, graças a Deus este momento é de tranqüilidade para o Brasil. Ontem foi empossado pelo Congresso Nacional o Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Ranieri Mazzilli, e as Forças garantiram, como sempre o fizeram, a democracia e as instituições livres brasileiras.

Faço daqui um apelo e — por que não dizer? — presto daqui uma homenagem a esses três Ministros Militares que souberam agir com firmeza e, antes de tudo, com patriotismo. (*Muito bem*)

O SR. CAMPOS VERGAL (*Para uma comunicação*). * — Sr. Presidente, insisto em pedir maior atenção das autoridades públicas, especialmente federais, para seus deveres junto à juventude estudantil do País.

Aproximam-se os exames vestibulares para os cursos de nível superior. Já existe, entre os estudantes, especialmente os candidatos às Faculdades de Medicina, a dolorosa angústia de uma pré-rejeição por parte das bancas examinadoras. Reprovados, como serão, 90% dos candidatos, cria-se problema não apenas de ordem pedagógica, mas, também, de defesa de um grupo numeroso de jovens, tão ricos de esperança e tão desejosos de um título de nível superior.

Sr. Presidente, não temos cursos pré-universitários. Poder-se-ia adotar, em nome do bom senso, o princípio de que se admitissem, pelo menos, 50% de todos quantos se inscrevessem, desdobrando-se, à medida do necessário, os primeiros anos universitários, nem que fôsse para funcionar de manhã, à tarde e à noite, pois inúmeras escolas são noturnas.

* Não foi revisto pelo orador.

* Não foi revisto pelo orador.

questão de equidade, os produtores de meu Estado aguardavam fôsse tomada idêntica medida com relação aos cafés não exportáveis do Espírito Santo e da Zona da Mata. Todavia, o Instituto, mais uma vez, vem demonstrar sua preocupação de estrangular, de massacrar a economia cafeeira espírito-santense. Enquanto para o Paraná foi adotada a melhoria no preço do produto não exportável, ampliando-o de Cr\$ 1.700,00 para Cr\$ 2.700,00 a saca, nós no nosso Estado, aguardávamos fôsse cotado nosso café pelo IBC, de Cr\$ 1.600,00 para Cr\$ 2.600,00 a saca. Isto não foi feito. Sem dúvida, constitui mais uma injustiça que bem justifica o clima de revolta e descontentamento que pesa sobre todos os produtores de meu Estado.

Neste período de transição na vida política nacional, quando novos rumos se abrem para nosso destino, para nosso futuro, cumpro o dever de, em nome de todos os cafeicultores do Espírito Santo, endereçar as novas autoridades federais apelo veemente, angustiante, aflitivo, no sentido de ser imediatamente revista a política do café com relação ao meu Estado, a fim de que, quando o Governo Federal fôr obrigado a adotar medidas dessa natureza, não esteja mais toda a produção nas mãos dos exportadores e dos compradores. Já que terá evidentemente de tomar providências para solucionar a questão, que as adote o Governo imediatamente, a fim de que os nossos cafeicultores ainda possam beneficiar-se com a alteração do esquema financeiro da política do café vigente para a safra atual. *(Muito bem)*.

O SR. DIRCEU CARDOSO *(Para uma comunicação)* * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, fomos nós que anunciamos, ontem, através da leitura que tivemos a honra de fazer, em primeira mão, a renúncia do Sr. Presidente da República

* Não foi revisto pelo orador.

para as duas Casas do Congresso, que ainda não tinham tomado conhecimento do documento assinado pelo Sr. Jânio Quadros.

No momento, está a Nação calma e tranqüila se encontram os responsáveis pela ordem pública do País. Mas é preciso que neste instante os curiargos da democracia não fiquem piando nessa penumbra em que estamos vivendo. Não podemos ser cassandras agoirentas que vislumbrem nessa renúncia o dealbar de outros dias, mas também não podemos ter os óculos de Pangloss de que nos fala o vulto da literatura.

Sr. Presidente, os votos que formulei, os mais ardentes, os mais patrióticos, os mais calorosos e mais fervidos, neste instante, são no sentido de que possamos ouvir a voz de Deus, no tumulto dessa tempestade. Espero que os acontecimentos de que o País foi palco no dia de ontem, cujos desdobramentos ainda continuam, possam chegar ao talvegue da legalidade. E espero, Sr. Presidente, fervorosamente, que o Brasil encontre, nestes instantes de angústia, uma solução que seja a expressão de todo o seu sentir e de todo o seu pensar. Porque, de modo algum devemos desejar, nós, democratas, que temos dado a nossa contribuição em todas as lutas pelo fortalecimento das instituições e do nosso regime, possam essas conquistas que já se tornaram perenes, ser agora objeto de ameaças ou de dúvidas. Assim formulei nestes instantes que o País está vivendo estes votos fervidos para que encontremos uma solução.

Sr. Presidente, ergueu-se o pano deste vasto palco que é o nosso País, e o espetáculo continua. *(Muito bem)*

V

O SR. PRESIDENTE — Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Elói Dutra.

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

563

O SR. ELOY DUTRA * — Sr. Presidente, Srs. Deputados: passadas as primeiras emoções naturais da renúncia do Sr. Presidente da República, devemos reconhecer estar este Congresso de parabéns pela maneira altiva, sóbria, ponderada e democrática com que a recebeu, concorrendo, destarte, para que o regime democrático no Brasil não sofresse solução de continuidade. Resta agora se cumpra a Constituição com o apoio de todos os partidos, com o apoio das Forças Armadas e com a compreensão do povo. Resta agora Sr. Presidente, ser firme este Congresso definitivamente no conceito público, dando provas da sua vitalidade, da sua intenção de acertar, enfim de que nesta Casa funcione a alma da nossa democracia, onde estão representados os legítimos anseios populares, através dos Deputados aqui enviados pelo eleitorado brasileiro.

Acredito que a razão de toda esta crise decorre do regime presidencialista. Acredito que esta Casa deve trabalhar com afinco para que, no próximo quinquênio, a emenda parlamentar seja adotada e possamos, então, viver num regime livre de impactos e emoções causados pelas renúncias ou pelo poder excessivo conferido ao Presidente da República. (*Muito bem*). Acredito que a Nação esteja amadurecida, que não mais suporta golpes, bochinchos e badernas, pressões econômicas de grupos e pessoas, que abalam o regime em que vivemos e a custa de muitos sacrifícios e apreensões temos conseguido manter. Acredito que o povo brasileiro, pela sua formação cristã, pacífica, não deseje ver implantada neste País nenhuma ditadura, seja ela da extrema esquerda ou da extrema direita. Acredito que o Brasil, à semelhança de outras nações católicas, apostólicas, romanas, ou mesmo com tendências para outras religiões e credos políticos, mas todas com base no sentimento democrá-

tico, possa subsistir a qualquer eventualidade de golpes e de tentativas de mudança do regime.

A posse do Presidente João Goulart, que se deverá processar mansa e pacificamente, de acordo com os dispositivos constitucionais, será a primeira prova, nesta emergência, do nosso amadurecimento político e do vigor desta Casa.

O Sr. *Último de Carvalho* — Só bre a posse do eminente Presidente João Goulart não devemos fazer apreciações. É da essência do regime a sucessão, é natural a posse de Sua Excelência. Acho que devemos simplesmente fazer votos para que o eminente Presidente João Goulart, ao assumir o governo, constitua seu governo em base nacional, com um ministério da coalizão, de forma que todas as forças vivas da Nação sejam convocadas e participem do novo governo. Acho que nossa preocupação deve ser no sentido destes votos ao Presidente João Goulart, não quanto à sua posse, que implica a sobrevivência do regime democrático. Sem posse não funcionaria o regime e sem funcionar o regime não funcionaria esta Casa; teríamos ditadura, que está longe das nossas preocupações.

O SR. ELOY DUTRA — Aceito o aparte do nobre colega *Último de Carvalho*, apenas fazendo um reparo à sua última frase. Não está longe das nossas preocupações; está muito próximo. E se não estivesse tão próximo das nossas preocupações, o eminente General Lott não teria feito as declarações que acaba de fazer à imprensa, de que considera a posse do Sr. João Goulart uma necessidade para o funcionamento do regime democrático e que estaria em desacordo, como militar, como homem público, com qualquer força que assim não o desejasse. E ainda ouvimos declarações de vários governadores de Estado, como o Sr. Juraci Magalhães e o Sr. Magalhães Pinto, de que o regime não pode sofrer solução de continuidade, mas deverá marchar tranqüilamente,

* Não foi revisto pelo orador.

em consonância com as disposições constitucionais.

O Sr. Paulo Freire — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ELOY DUTRA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Freire — Nobre Deputado, nós somos — digo nós, porque conheço o pensamento democrático de Vossa Excelência — contra qualquer golpe, venha ele de onde vier...

O SR. ELOY DUTRA — Da esquerda ou da direita?

O Sr. Paulo Freire — ... de que extrema fôr ou de quem o queira dar. Somos democratas e cristãos e queremos viver neste regime. No entanto, nobre colega, há uma idéia por aí, à qual Vossa Excelência já fez uma referência, creio, de se instituir o regime parlamentarista.

O SR. ELOY DUTRA — A partir do próximo quinquênio.

O Sr. Paulo Freire — Ah, bem! porque me pareceu ouvir que devia ser instituído imediatamente. O Congresso iria dar um golpe nas instituições, na Constituição se aceitasse essa idéia infeliz de se adotar a tese parlamentarista a toque de caixa, para que o Senhor João Goulart não tomasse posse. Sr. Deputado, sou um homem que procura resolver todos os problemas de maneira suasória, mas eu seria capaz de pegar em armas para o Sr. Jânio Quadros tomar posse, como sou capaz de fazê-lo para que o Sr. João Goulart ou outro qualquer homem investido pela lei nesses altos cargos tome posse.

O SR. ELOY DUTRA — Obrigado a Vossa Excelência.

Meu pensamento é o mesmo, apenas não pegarei em armas, porque não sei atirar. Estarei, entretanto, nas tribunas democráticas, para, politicamente, reparar qualquer deficiência nesse sentido.

Acredito que, a partir do próximo quinquênio, o regime parlamentarista seja uma necessidade pa-

ra este País, que não mais suporta as crises continuas e permanentes causadas pelo regime presidencialista. Neste momento, porém, seria extemporâneo pensar nesse regime para impedir a posse de um homem que a ela tem direito constitucional. Se o Congresso aprovasse tal idéia — que não fará, creio — teríamos criado um caso *sui generis*, isto é, o golpe teria sido dado pelo Congresso, que estaria definitivamente desmoralizado na opinião pública.

A renúncia do Sr. Jânio Quadros não compete a mim examinar. Sempre acreditei nas instituições democráticas, sempre acreditei que todas as crises políticas podem ser superadas quando existem nos homens que dirigem os destinos políticos do País aquelas qualidades que Augusto Comte considerou essenciais à formação do caráter: coragem, perseverança, ponderação e verdade.

Mas se, neste momento, manobras sutis, pensamentos ocultos, interesses de grupos tornassem tumultuar essa posse, as consequências, por certo, seriam imediatas, porque a opinião pública do País, mais do que esclarecida, pretende a continuação do regime democrático, porque esta é a aspiração do mundo atual.

Ninguém mais tolera se processem massacres na Hungria e nas prisões da Espanha, estes últimos em nome da "civilização cristã". Ninguém mais suporta que tiranetes de republiquetas latino-americanas, tirados do bolso do colête de generais dominadores possam ser implantados no Brasil, a fim de que este colosso de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados passasse a ser uma caricatura dessas republiquetas.

A renúncia do Sr. Jânio Quadros deve ser encarada como ato de rotina dentro do regime democrático. E assim o entendeu o Congresso Nacional, dando posse imediata ao ilustre Presidente desta Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli, que por sua vez, passará

a faixa presidencial ao legítimo Presidente da República, Dr. João Goulart.

Isto acontecendo, o incidente da renúncia será superado sem maiores conseqüência. Cada um tem a sua consciência e o seu modo de agir. E dizia, num dos meus artigos de imprensa, que neste País dois homens não poderiam estar desunidos: Denys longe de Lott; Lott longe de Denys. (*Muito bem*). Sempre fiz restrições em relação à adaptação e à malícia do General, tão necessárias neste campo.

S. Exa., antes de tudo, é um homem puro, é um homem que acredita tanto no regime democrático, como acredita em Deus, no Deus da sua religião. Mas este homem, que não brinca em serviço para manutenção da legalidade e da ordem, não é de fazer bochichos tipo Aragarças; não é de prometer nem de ameaçar; é de cumprir. E o prestígio do Marechal Lott, no seio das classes armadas e no conceito da Nação é um prestígio altamente honroso a todos. Inclusive muitos dos acirrados adversários lhe devotam sentimento de confiança pelas suas condições de caráter, pelas suas condições de cidadão e pelas suas condições de militar.

Portanto, o País que tem homens assim no comando das suas Forças Armadas, senão na ativa, pelo menos no sentido moral, e podendo retornar a essa ativa a qualquer momento, pode e deve contar com a continuação da legalidade e do regime democrático.

O Sr. Euzébio Rocha — V. Exa. faz bem em fixar na liderança de duas das mais altas expressões do Exército a confiança do Parlamento brasileiro.

Gostaria, porém, de acrescentar, nesta parte, a confiança que temos tido em todo o Exército, principalmente na sua manifestação popular. É justo que agora recorde a conduta do Clube Militar, quando, nos idos de 1948, 1949 e 1950, a Nação ainda não se apercebera a importância do debate

que se travava sobre a questão petrolífera. E é justo homenagear aqui o General Horta Barbosa, expressão de valor que se ergueu, no Clube Militar, em defesa da tese monopolista do petróleo. Quero, neste momento, dirigir apelo aos eminentes chefes militares e, em especial, ao Presidente da República em exercício e ao futuro Presidente, Sr. João Goulart, que há de merecer das Forças Armadas e desta Casa todo o apoio para bem governar este País no sentido de que, quando os eminentes membros do Exército brasileiro se pronunciarem dentro do ponto de vista técnico, se adote aquêle critério seguido ao tempo do Governo do Presidente Getúlio Vargas e do Marechal Eurico Dutra, em que tantas vezes o Clube Militar, através dos mais eminentes generais, se manifestou sobre a política de energia atômica, sobre política de petróleo, dando ao Exército brasileiro a função que ele sempre teve, de defender as nossas riquezas e a nossa legalidade. Não se veja no pronunciamento dos eminentes generais qualquer possibilidade de perturbação da ordem. É um limite de liberdade que deve ser estendido ao Exército esse da sua contribuição cultural ao processo de emancipação econômica do Brasil. (*Muito bem*).

O SR. ELOY DUTRA — Muito obrigado a V. Exa.

A par desse esquema de tranquilidade democrática de que todos estamos dando um exemplo, a par da altivez e ponderação com que se portou o Congresso Nacional diante do episódio da renúncia, há que analisar, apenas como advertência, que esta expressão "grupos econômicos" pode ser abstrata quanto à identificação, mas é uma realidade palpável na vida de todos os povos subdesenvolvidos.

Ainda ontem, nesta tribuna, ouvíamos de um homem do centro, diria mesmo a um homem quase conservador, mas digno por todos os títulos do nosso respeito — re-

firo-me ao Deputado João Agripino — a confissão de que, sem a anuência de determinadas forças econômicas neste país, ninguém pode governar por mais de três meses, Sua Excelência, do qual somos adversários políticos, confessou e especificou as pressões que êle próprio sofrera à frente de um dos setores da maior importância na vida nacional. Portanto os excessos que se querem prestar à expressão *grupos econômicos*, tratando-os como se fôsem elementos abstratos, sem qualquer função na vida dos países, é um erro, e erro grave. Eles existem, eles aí estão e já foram denunciados em duas cartas de dois Presidentes da República, sendo que um, aos 73 anos de idade, num gesto de tragédia grega, ao confessar tais pressões, assinou-a com seu próprio sangue. E ninguém se mata por coisas que não existam ou sejam abstratas ou que realmente não possam influir na vida de um país.

Cabe a nós, dêste Congresso, já tão criticado, tão combatido, num processo permanentemente orientado por determinados grupos que têm um grande desejo na sua completa desmoralização para que possam atingir seus objetivos: cabe a nós, o Poder desarmado da República, estar mais do que nunca atentos para que êste regime permaneça e possamos viver num clima de paz e liberdade.

A não ser assim, as consequências serão imprevisíveis. O Brasil está neste momento, naquele ponto que os psicólogos chamam de "estado de multidão", isto é, uma massa famélica e desesperançada a esperar providências que tardam. É bem verdade que o povo brasileiro é profundamente pacífico, mas poderá deixar de ser, e, nesse dia, se tornará tão belicoso quanto o povo que mais o seja, na reivindicação dos seus direitos.

Acredito, Sr. Presidente, que tudo deva terminar bem, sem maiores tropeços, que tudo deva

seguir o caminho normal, o caminho da Constituição, o caminho da ordem, o caminho do direito, o caminho da justiça, o caminho da decência.

O Sr. Croacy de Oliveira — Sou daqueles que entendem, Sr. Deputado que, se a Constituição não fôr respeitada...

O SR. ELOY DUTRA — Ela o será.

O Sr. Croacy de Oliveira — ... se, por uma desgraça, não quisessem aqueles que detêm a força das armas nas mãos, respeitar o direito de o Vice-Presidente da República automaticamente suceder o Presidente...

O SR. ELOY DUTRA — Acreditamos na dignidade das Forças Armadas brasileiras.

O Sr. Croacy de Oliveira — Participo dêste seu entendimento também. Mas se, por uma desgraça, falharem nossos prognósticos, o melhor que se faria era fechar o Congresso, cada um ir para sua casa e preparar a revolução que o povo espera. Porque se as elites não são capazes de fazer a revolução de cima para baixo, o povo, mais dias menos dia, saberá fazê-la de baixo para cima, com acontecimentos e eventos sangrentos, nunca dantes presenciados em nossa Pátria. Praza aos céus, entretanto, queira Deus que as Forças Armadas brasileiras, inspiradas no seu passado democrático, nos seus exemplos de amor a democracia e de respeito à Constituição, saibam respeitar êsse direito sagrado que o povo tem, de fazer ascender à suprema magistratura do País o natural sucessor do Sr. Jânio Quadros.

O SR. ELOY DUTRA — Obrigado a V. Exa. pelo aparte.

Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, sob a liderança correta é ponderada do Deputado Almino Afonso, já expressou sua confiança de que a Constituição será respeitada; já expressou sua confiança profundamente demo-

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

567

crática de que este episódio não alterará a vida da Nação. Mas, se não desejarmos novas renúncias, novos episódios que nos obriguem de vez em quando a ocupar a tribuna, comentando cartas e renúncias, manobras e ameaças, é necessário se aproveite este momento para que no próximo quinquênio funcione o regime parlamentarista, o único capaz de trazer ao Brasil um sistema de equilíbrio, de tranquilidade e de justiça social, sem maiores tropeços e sem maiores complicações.

Creio, no entanto, Srs. Deputados, que apenas para o futuro quinquênio tal idéia poderá ser concretizada, porque, do contrário, o regime parlamentarista já nasceria sem aquelas condições essenciais ao seu perfeito funcionamento, pois estaria colaborando também para que esta Casa, alma e símbolo de nossa democracia, fôsse coadjuvante num golpe contra a Constituição.

O Sr. Rubem Nogueira — Aproveitando a oportunidade em que V. Exa. alude à necessidade de uma reforma constitucional, a fim de que inauguremos, no próximo período governamental, o regime parlamentarista, devo, ao apoiar as palavras de V. Exa., dizer que há muita gente hoje convertida ao parlamentarismo, pela ação governamental do Sr. Jânio Quadros. Incluo-me entre eles embora teoricamente ainda tenha dúvidas quanto à superioridade do parlamentarismo nestes seis meses. Assistindo ao espetáculo da concentração de poderes nas mãos do Presidente da República, convenci-me de que não é este o conteúdo da democracia. Vimos, de fevereiro a agosto, o Chefe do Executivo Brasileiro fazer tantas coisas, usar de tantas competências, praticar tantos atos que pareciam impossíveis a um só administrador. O Sr. Jânio Quadros começou — e peço perdão se me alongo mais um pouquinho neste aparte — proibindo até a iluminação dos edifícios de Brasília por

medida de economia; daí saiu para a proibição de brigas de galos, impedindo, ultimamente, o maiô, a fabricação de lança-perfume e outras coisas que não podemos compreender se enquadrarem nos poderes de um chefe de Estado. Sabe V. Exa. que S. Exa. legislou indiretamente, pois, usurpando competências deste Congresso, criou serviços novos por decreto, o que no sistema jurídico constitucional vigente não é dado ao Presidente da República. S. Exa. governou demais; nunca houve, ao que se saiba, na História política da República, um chefe de Estado que tanto pudesse ter governado em tão pouco tempo. Daí a surpresa com que a Nação recebe a sua renúncia, sob o fundamento de que não pôde governar. Historicamente, "data vênia", isto é falso. A Nação testemunhou o Senhor Jânio Quadros fazer tudo que podia e, até, o que não podia. Cito a V. Exa. o exemplo aqui ventilado: haver o Presidente legislado indiretamente, criando serviços, trazendo despesas novas para a República sem prévia autorização legal. Eis por que hoje me incluo entre os que desejam a mudança do regime, para que o governo não seja apenas a vontade arbitrária de um homem, mas o resultado do consenso de um colégio.

O SR. ELOY DUTRA — Responderei a V. Exa. Repito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a emenda parlamentarista, a valer para o próximo quinquênio, será a solução para este País. Acredito que o regime parlamentarista seja o mais perfeito, o mais adequado ao caso brasileiro. Entendo também que, sob esse regime, e com o gabinete chefiado, suponhamos, pelo ilustre e eminente homem público Dr. Raul Pilla não seja S. Exa. contra maiôs e coisas assim, que decorrem dessa soma de poderes individuais conferidos ao Presidente, no regime atual. O que se torna necessário é preservarmos os direitos adquiridos, a

fim de que, para o futuro, caminhemos dentro de um esquema mais adequado ao País.

Dentro do regime democrático, faço minhas as palavras de um dos maiores democratas deste País, o Governador Juraci Magalhães: "Rei morto, rei pôsto".

Mas o que não se pode deixar de comentar é que, da atitude desta Casa, dependerá, mais do que de qualquer outra, a tranquilidade e a paz para nosso País. O momento seria impróprio para críticas contundentes ou elogios excessivos. Até porque, num regime democrático, um ato dessa natureza tem de ser encarado com a frieza e a ponderação que o sistema exige. Cairíamos, então, naquele clima de histerismo e de emoção que poderia levar o País a caminhos outros muito do agrado de determinados grupos que a esta hora, à sorrelfa, à socapa, na penumbra, disfarçadamente, discutem ainda a posse ou não do Sr. João Goulart. Não estamos no momento de verificar siglas partidárias, conveniências partidárias, conveniências de grupos ou de pessoas e, sim, de respeitar a Carta Magna no seu conteúdo que, pela sua grandeza, pela sua magnitude, pelo seu vigor, está acima de qualquer um de nós, de qualquer renúncia, de qualquer episódio emocional, de qualquer crítica ou de qualquer elogio.

O Sr. Aurélio Vianna — O Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Dr. João Mangabeira, prestou ontem a imprensa do Rio de Janeiro declaração que julgo de grande importância. Inquirido sobre os acontecimentos que culminaram na renúncia do Sr. Presidente Jânio Quadros, declarou lamentar tivesse sido S. Exa. forçado a renunciar por não poder, segundo ouvira pelo rádio, vencer as forças da reação.

O SR. ELOY DUTRA — As quais já fiz referência.

O Sr. Aurélio Vianna — Disse ainda que a sucessão deve proceder-se em plena ordem e exata-

mente como determina a Constituição da República. Ora, quem pode dizer que o Vice-Presidente da República não tem qualidades para suceder, nos impedimentos, o Presidente eleito, quem o Senhor dêse julgamento? O Sr. João Goulart foi eleito para, na qualidade de Vice-Presidente da República, presidir o Senado e substituir, na forma da Constituição, o Presidente da República, assim como o Presidente da Câmara deve substituir os dois nos seus impedimentos. Mas, se uma força estranha ao processo democrático, à Constituição da República, também declarasse que o Presidente da Câmara não teria qualidades para substituir os dois primeiros? Chegariamos, então, ao absurdo de termos uma Constituição de direito, mas que, de fato, não seria senão um papel sem qualquer importância, sem nenhum valor. O que compete agora aos democratas é a manutenção do regime, do sistema representativo, e isto só se fará através da posse do Vice-Presidente da República. Mesmo porque, se tal não acontecesse, seria a desmoralização do País no campo interno, seria a fuga de todo o povo das eleições, seria a interrupção do processo democrático, pela descrença do povo de que a sua vontade seria respeitada, e seria também a desmoralização do País no campo internacional. Todos nos acusariam de não ter ainda alcançado a maturidade política para nos dirigirmos de acordo com uma Constituição votada pelos representantes do povo, eleitos em pleito legítimo. Em síntese: passaríamos a ser uma republiqueta comunissíma, uma republiqueta da América Latina. Sr. Deputado, termino o meu aparte dizendo que a impressão atual é a de que o Congresso, pelo menos a Câmara, está toda unida. Temos ouvido declarações de udenistas, de pessedistas, de petebistas, de pessepistas, de elementos de todos os partidos — não sei se isso representa a unanimidade dos elementos que consti-

tuem os partidos — pela posse do Vice-Presidente da República, que hoje realmente já é o Presidente da República.

O Sr. Dager Serra — Isso representaria a fidelidade ao juramento que todos prestamos.

O Sr. Aurélio Vianna — Mesmo porque, segundo diz muito bem o nobre colega, isso representaria a fidelidade ao juramento que todos prestamos. A verdade é esta: se o Vice-Presidente fôsse forçado a não tomar posse, estaria derruído, completa e totalmente, o sistema democrático.

Isso ainda não aconteceu, porque na carta do ex-Presidente da República ele não faz a mínima referência a ter sido forçado a renunciar pelo povo brasileiro, ou pelas Forças Armadas, ou pelos parlamentares. Fala de forças da reação, e o discurso do Deputado Agripino ontem só teve esse mérito — o de demonstrar que foram os grupos econômicos os responsáveis pela renúncia. Aliás, isso me causou uma decepção profunda. Mas não quero entrar no mérito da atitude do ex-Presidente da República, por questão mesmo de inoportunidade. Estamos jogando a grande cartada: democracia ou não democracia. Acredito que V. Exa., como todos nós, seja pela democracia. É o momento de dar nosso testemunho.

O SR. PRESIDENTE (*Wilson Calmon, Suplente*) — Advirto o orador de que dispõe de três minutos para encerrar sua oração, de acordo com o Regimento.

O SR. ELOY DUTRA — Então, Senhor Presidente, não mais permitirei apartes, para poder concluir este discurso.

Srs. Deputados, mais do que a análise de atitudes pessoais, de renúncia, ou de posses, é minha intenção, nesta tribuna, lembrar, mais uma vez, a tremenda luta do povo brasileiro para consubstanciar seu regime democrático. Quando pensamos que, nos Estados Unidos da América do Norte,

há uma democracia que funciona com uma Constituição intocável, inacessível a qualquer interpretação, Constituição plena e absoluta; quando pensamos que naquele País, em plena guerra contra os países do chamado "eixo", no último conflito mundial o líder dos mineiros, John Lewis, um dos maiores, senão o maior líder sindical dos Estados Unidos, decretou a greve do carvão, pondo, inclusive, em perigo a própria segurança dos Estados Unidos, e que a Carta Magna daquele País lhe garantiu a atitude — percebemos como é triste que, no Brasil, que vai assumindo a liderança da América Latina, tenhamos a cada momento de estar, nós, os congressistas na tribuna, a discutir se haverá ou não golpe, se haverá, ou não posse.

Quando pensamos, Sr. Presidente, que numa democracia como a dos Estados Unidos da América do Norte, críticas candentes, durante uma guerra em que aquele País se empenhava de corpo e alma pela sua própria subsistência, parlamentares discordavam, atacavam e perturbavam, inclusive, a ação das Forças Armadas, que só poderiam tomar determinadas atitudes com a anuência do Congresso; quando pensamos numa democracia desse tipo, ficamos a imaginar como é doloroso estar na tribuna a discutir posses e não posses, possibilidades ou não de bochinchos e badernas em função de uma renúncia ou em função do desejo de grupos que não desejassem a posse deste ou daquele cidadão investido de poderes pela Constituição da República. Neste momento, portanto, acima de quaisquer críticas pessoais, de quaisquer conceitos que possam visar a este ou aquele homem, é necessário, é certo, é imprescindível que o Congresso Brasileiro, que reúne uma síntese da mentalidade predominante nos grupos em todo o País, dê provas absolutas do seu vigor e de sua seriedade, não permitindo, dentro de todas as suas forças, que mais uma vez o regi-

me seja perturbado, como já o foi em tempos idos e por diversas vezes. É necessário que o Congresso, sem atender a siglas partidárias, demonstre a sua fé na democracia, não aceitando imposições de grupos extremistas, da esquerda ou da direita, mas confiando nesta democracia cristã, que é o caminho pelo qual se dirigem os países, mais evoluídos e adiantados do mundo. Nas mãos deste Congresso está agora a maior responsabilidade, porque, embora poder desarmado, é a alma, repito, da nossa democracia e, sendo ela síntese do pensamento brasileiro, não pode falhar diante do nosso povo, traindo as suas decisões tomadas nas urnas no último pleito. *(Muito bem. Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Eusébio Rocha.

DISCURSO DO DEPUTADO SENHOR EUZÉBIO ROCHA, PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 26-8-1961, MATUTINA, CUJA PUBLICAÇÃO SERIA FEITA POSTERIORMENTE.

O SR. EUZÉBIO ROCHA — Sr. Presidente, continuo a acreditar que a Nação encontrará seu destino através da solução dos seus problemas fundamentais e, entre estes, coloco o da energia atômica.

Ninguém tem dúvida sobre a importância das descobertas científicas neste processo de evolução e de criação de novos rumos na solução dos mais graves problemas econômicos. Sente-se mesmo que a técnica tem marcado, através dos tempos, um processo de criação de riqueza de extraordinário reflexo no desenvolvimento humano. E, dentro desta técnica, o problema do combustível exerce influência marcante.

Não faria afirmativa excessiva se declarasse que a descoberta da máquina a vapor pôs em relêvo a importância das jazidas de carvão da Inglaterra e marcou para este país posição de hegemonia no

mundo. A descoberta do motor a explosão criou novos horizontes nesta técnica, deu sentido novo ao processo de transporte através de combustível. E também não erraria se depois afirmasse que o império norte-americano se fundou no aproveitamento das reservas petrolíferas.

Pois bem, Sr. Presidente, hoje em dia tremenda revolução se processa na ciência humana, ainda decididamente ligada ao processo de combustível. Sentimos mesmo que a energia atômica produzida através dos reatores e da maquinaria especializada abre nesse sentido outros horizontes para as nações.

Mas não se pode construir uma pilha atômica, indispensável à produção da energia atômica, sem urânio ou tório. Pois bem, as principais reservas de tório do mundo se encontram na Índia e no Brasil. Quando ainda Presidente o honrado Marechal Dutra e o Brasil foi visitado pelo então eminente Ministro da Índia, tivemos ensejo de com S. Exa. procurar fixar uma política de preservação dos elevados interesses dos dois grandes países. Queríamos, então, naquela oportunidade, deter a exportação dos minerais atômicos. Naquela ocasião ainda se esvala, através do Espírito Santo, a incalculável riqueza das areias monazíticas. Tivemos ensejo de elaborar projeto fixando política nesse rumo e proibindo essa exportação. Fomos na oportunidade, violentamente criticados. Sobre nós assacaram até a acusação de querermos criar dificuldades a uma política internacional, porque nos opunhamos à exportação dessas reservas de tório para os Estados Unidos. Repelimos a crítica porque então colocamos a política dos minerais atômicos da seguinte forma: não nos opunhamos a entregar algumas toneladas de tório e urânio, se quisessem nos remeter o aparelhamento necessário à fixação do desenvolvimento da nossa física nuclear e do conhe-

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

587

Guilhermino de Oliveira — PSD.
 Gustavo Capanema — PSD.
 José Alkmim — PSD.
 José Raimundo — PTB.
 Leopoldo Maciel — UDN.
 Manoel Almeida — PSD.
 Mário Palmério — PTB.
 Milton Reis — PTB.
 Ovídio de Abreu — PSD.
 Ozanam Coelho — PSD.
 Padre Vidigal — PSD.
 Pedro Aleixo — UDN.
 Souza Carmo — PR.
 Tristão da Cunha — PR.
 Uriel Alvim — PSD.
 Abel Rafael.

São Paulo:

Aniz Badra — PDC.
 Batista Ramos — PTB.
 Ferreira Martins — PSP.
 Gualberto Moreira — PTN.
 Hary Normaton — PTN.
 Henrique Turner — PSB.
 Ivette Vargas — PTB.
 Luís Francisco — PSB.
 Mário Bêni — PSP.
 Machado de Assis — PR.
 Menotti Del Pichia — PTB.
 Miguel Leuzzi — PSD.
 Olavo Fontoura — PSD.
 Ortiz Monteiro — PST.
 Pacheco Chaves — PSD.
 Paulo Lauro — PSP.
 Pereira Lopes — UDN.
 Salvador Lossaco — PTB.

Goiás:

Armando Storni — PSD.
 Benedito Vaz — PSD.
 Castro Costa — PSD.
 Dário Cardoso — PTB.
 (26-8-61).
 Emival Caiado — UDN.
 Wagner Estelita — PSD.

Mato Grosso:

Fernando Ribeiro — UDN.
 Mendes Canale — PSD.
 Rachid Mamed — PSD.
 Saldanha Derzi — UDN.

Paraná:

Jorge de Lima — PTB.
 José Silveira — PTB.
 Maia Neto — PTB.

Munhoz da Rocha — PR.
 Othon Mäder — UDN.
 Plínio Salgado — PRP.

Santa Catarina:

Antônio Carlos — UDN.
 Carneiro Loliola — UDN.
 Doutel Andrade — PTB.
 Joaquim Ramos — PSD.
 Lenoir Vargas — PSD.
 Osmar Cunha — PSD.

Rio Grande do Sul:

Arno Arnt — PRP.
 César Prieto — PTB.
 Croacy de Oliveira — PTB.
 Daniel Dipp — PTB.
 Daniel Faraco — PSD.
 Fernando Ferrari — PTB.
 Floriceno Paixão — PTB.
 Hermes de Souza — PSD.
 Joaquim Duval — PTB.
 Lino Braun — PTB.
 Nestor Jost — PSD.
 Paulo Mincarone — PTB.
 Raul Pilla — PL.
 Raimundo Chaves — PSD.
 Ruy Ramos — PTB.
 Temperani Pereira — PTB.
 Unirio Machado — PTB.
 Victor Issler — PTB.
 Willy Fröhlich — PSD.

Acre:

Oscar Passos — PTB. (193).

VI — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE — A lista de presença acusa o comparecimento de 232 Srs. Deputados. Val-se proceder à votação da matéria que se acha sobre a Mesa e da constante Ordem do Dia.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AURÉLIO VIANNA — (Para uma questão de ordem) * — Senhor Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça decidiu uma

* Não foi revisto pelo orador.

questão suscitada por mim a respeito da perda de mandato do então Prefeito do Distrito Federal, Deputado Paulo de Tarso, pelo Regimento Interno da Casa, a Câmara, na sua soberania, teria que examinar e decidir sobre a decisão da Comissão de Constituição e Justiça. As semanas se passaram. O Sr. Jânio Quadros renunciou. E a essa renúncia seguiu-se a do Prefeito da Capital da República.

Ora, Sr. Presidente, o que desejo — no bom sentido — nesta provocação à Mesa, é saber se vai ser posta imediatamente ou não à consideração do plenário a questão por mim suscitada, porque se a Câmara decidir que o nosso colega perdeu seu mandato, e há opinião de juristas do porte do Deputado Pedro Aleixo, de João Mangabeira no sentido de que perdeu, assim como de uma constelação de constitucionalistas brasileiros, juristas e intérpretes da Constituição neste mesmo sentido — aceito a decisão do plenário da Câmara na sua soberania, é claro, é óbvio. Se, porém, o plenário achar que Sua Excelência perdeu mesmo o mandato, teria S. Exa., é claro, é óbvio, é natural, de aceitar a decisão.

O que não podemos, quando se discutem cada vez mais os princípios constitucionais, a sua validade, é silenciar diante do silêncio a respeito do assunto, quando já deveríamos ter tomado uma decisão. A Comissão de Justiça já decidiu e teria o plenário da Câmara de julgar o ato da Comissão de Constituição e Justiça.

Afinal de contas, estamos diante de uma situação de fato. O nobre colega veio à Câmara, aqui se encontra, e a Câmara tem que decidir: O Deputado Paulo de Tarso perdeu o mandato? Não é mais Deputado? Ou o Deputado Paulo de Tarso não perdeu o mandato e continua como Deputado?

Senhor Presidente, solicito de V. Exa. as providências imediatas para que venha ao plenário o processo que já foi estudado e

analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que, se constrangimento houver, cesse este constrangimento de muitos Deputados e do próprio colega Paulo de Tarso.

Quero, mais uma vez, declarar, desta tribuna, Sr. Presidente, que não me move qualquer paixão. Não tenho nenhum interesse, senão o da preservação dos princípios constitucionais. Assim, submeter-me-ei, como é do meu dever e qualquer outro Deputado, ao pronunciamento soberano do plenário.

E quero declarar que, se suscitei esta questão, como aquela outra junto à Comissão e Justiça, o fiz depois de ter ouvido os constitucionalistas, os juristas, os entendidos intérpretes da lei aos quais me referi e não citei todos eles. Não há portanto, uma questão pessoal, porque entre mim e o colega Paulo de Tarso existem relações de amizade, que espero sejam preservadas. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) — O nobre Deputado Aurélio Vianna, na realidade, apresentou uma reclamação à Mesa. Nestas condições, determino, no exercício da Presidência, que, obedecidas as prescrições legais, seja imediatamente incluída na ordem do dia, para apreciação do plenário, a proposição relativa ao mandato do nobre Deputado Paulo de Tarso.

Passa-se à matéria em votação em redações finais dos Projetos Legislativos números 55-B, de 1960 e 57, emendadas pelo Senado. (*Pausa*).

Aprovadas.

Matéria constante da Ordem do Dia, Item 1.º da pauta, votação e discussão única do Projeto de Decreto Legislativo número 36-60. Os Srs. Deputados que aprovam permanecerão como se encontram. (*Pausa*). Aprovado.

Item 2.º da pauta. Segunda discussão do Projeto de Decreto Legislativo número 81. Votação ini-

Votação em discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 36-A, de 1960, que revoga o Decreto Legislativo número 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o acôrdo de Resgate assinado em 1956, entre os governos do Brasil e da França, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

Autor: Sr. José Bonifácio.
Relator: Sr. Pedro Aleixo.

O SR. PRESIDENTE — Vou submeter a votos o seguinte projeto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica revogado o Decreto Legislativo n.º 13, de 6 de outubro de 1959, que aprovou o Acôrdo de Resgate assinado no Rio de Janeiro em 4 de maio de 1956, entre os governos dos Estados Unidos do Brasil e da França, para a execução administrativa de questões financeiras e a liquidação, por meio de arbitramento, das indenizações devidas pelo Brasil em decorrência da encampação das Estradas de Ferro São Paulo—Rio Grande, bem como a Vitória—Minas e Companhia Port of Pará.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Vai à Redação Final.

Segunda discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 81-A de 1961, que dispõe sobre a fixação dos subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República.

(Da Comissão de finanças)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Menezes Côrtes. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. José Sarney. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Fernando Santana. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. João Agripino. (Pausa).

Não está presente.

Tem a Palavra o Sr. Celso Brant.

O SR. CELSO BRANT* — Senhor Presidente, os acontecimentos que agitaram o País, nestas últimas horas, trazem uma grave lição sobre a qual precisamos meditar.

Pela leitura da carta na qual o Sr. Jânio Quadros explica a renúncia, sente-se que S. Exa., ao contrário do que se supunha, não foi levado senão por uma resolução íntima a abdicar ao seu mandato de Presidente da República.

Parece-me, Sr. Presidente, erro que um homem público, que tinha pleiteado em comícios populares um mandato e estava comprometido com o povo na realização de um programa, abandone o compromisso antes de esgotar tôdas as possibilidades, antes de levar às últimas consequências a sua determinação de cumpri-lo. Um mandato não é um bem pessoal; um mandato não é uma propriedade; um mandato é um compromisso assumido solenemente com o povo.

Na democracia, Sr. Presidente, a renúncia a um mandato pode ser considerada a traição e traição tanto maior quando, no caso do Sr. Jânio Quadros, o povo demonstrou alta maturidade. No Governo, o Sr. Jânio Quadros procurou até certo ponto ser coerente com as idéias que havia externado em praça pública. No setor da política externa, sem dúvida S. Exa. colocou a questão nos mesmos termos em que a havia situado diante do povo brasileiro nas praças, nas cidades, nos comícios que realizou por tôda a vastidão do território nacional. Parecia estranho e muita gente estranhava que exatamente

* Não foi revisto pelo orador.

as forças esquerdistas, nas quais parecia o Sr. Presidente Jânio Quadros perfeitamente integrado, não estivessem dando a S. Exa. um apoio à altura daquilo que parecia ser a realização de um programa de interesse dos partidos populistas. Acontece, porém, que o Sr. Jânio Quadros, que parecia dotado de alta sensibilidade para os problemas políticos da Nação, realizava uma política nitidamente bifronte. A sua política externa consultava, sem dúvida, os interesses da Pátria brasileira, mas não havia correspondência entre essa política e a política interna, que era nitidamente reacionária e atendia apenas aos grupos poderosos.

Alguma coisa nos deve restar da experiência desses sete meses de governo.

Sobre esta experiência devemos debruçar-nos, devemos tirar dela as lições que poderão ser úteis ao futuro Governo deste País. Os Estados Unidos, no seu período de maior capacidade de exportação, exportam 15% de sua produção bruta, o que significa que o mercado interno americano consome 85% da produção do país. Com relação ao Brasil, não dispomos de dados mais concretos, mas calcula-se que exporte de 6 a 7% daquilo que produz, o que significa que o mercado interno brasileiro consome cerca de 94% da sua produção.

Ora, Sr. Presidente, só compreendendo uma política internacional, uma política externa, quando beneficia o povo, quando tem reflexos internos o sentido de valorizar as condições de vida das massas sofredoras. O que estava acontecendo no Brasil, o que está sucedendo no Brasil é uma supervalorização do problema externo; porque, pelo noticiário dos jornais, pelos discursos dos Srs. Ministros do ex-Presidente da República, a idéia que se tinha era de que o Brasil estava aumentando o seu comércio externo, que sua capacidade de adquirir divisas através desse comércio estava em ascensão. Erro fundamen-

tal. Em 1951, há dez anos, exportávamos um total de 1 bilhão e 800 milhões de dólares. No ano passado, exportamos um total de 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Tivemos um decréscimo de 30%, ao mesmo tempo que a nossa balança mostrava que, em termos de peso, havíamos exportado três vezes mais do que o fazíamos em 1951. Isto significa que tínhamos menos dólares do que agora, passávamos a aproveitar esses dólares de maneira ainda menos razoável, porque a política econômica e financeira do Presidente Jânio Quadros, através das Instruções 204 e 208, tornou impossível o processo de industrialização deste País e o tornou porque o aproveitamento desses dólares disponíveis ficou sob a dependência daquele que mais cruzeiros pudesse dar em troca desses mesmos dólares.

Ora, Sr. Presidente, um país só pode realizar política externa construtiva se aplicar suas disponibilidades no sentido de conseguir, através de sua industrialização, todos aqueles objetos, todos aqueles bens úteis essenciais à sua vida. Um país desenvolvido é um país que não necessita de importar. E nos encaminhávamos para um empobrecimento cada vez maior já que aqueles dólares de que dispúnhamos estavam sendo, no Governo do Senhor Jânio Quadros, aplicados em outros bens que não aqueles destinados à implantação da indústria nacional.

O esforço de industrialização, no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, teve uma parte afirmativa e uma parte negativa. E os erros foram decorrentes da falta de planificação. Antes da eleição do Senhor Jânio Quadros, quando era S. Exa. ainda candidato, juntamente com os Srs. Marechal Lott e Adhemar de Barros, desta tribuna chamamos a atenção dos pleiteantes aos cargos da magistratura suprema do Estado para a importância da planificação na ciência da administração moderna. Nenhum

candidato tinha plano de governo, nenhum tinha planificação. Vencedor o Sr. Jânio Quadros, continuou a realizar uma política sem planejamento. Agora, já nos últimos dias do seu Governo, anunciava um plano quinquenal, a ter início em janeiro do próximo ano, destinado a criar possibilidades de progresso para o Brasil. O mesmo aconteceu ao Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. Sentindo a falta de planejamento, buscou, através do plano de metas, que é planejamento em bosquejo, em traços gerais, sanar esse erro fundamental do seu Governo. Mas o plano de metas, exatamente por não ter os dados fundamentais, por não conter aquelas diretrizes essenciais à boa administração, redundou em erros realmente espantosos para o desenvolvimento do Brasil.

Vamos a um caso objetivo. Tivemos a indústria automobilística nacional. Trouxe o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek para o Brasil quase uma dezena de fábricas produtoras de automóveis, dando-lhes, com aquiescência do Congresso Nacional, tais privilégios que essas fábricas tiveram, no ano passado, o primeiro da sua produção, em termos de expansão comercial, lucro líquido de 150%. E estranho que essa indústria que veio enriquecer a indústria nacional, esteja descapitalizando o País, porque remetemos, em média, por automóvel fabricado e vendido no Brasil, um total de 250 mil cruzeiros para o exterior, em amortização, em royalties e em lucros. Outros países resolveram muito melhor esse problema. A primeira fábrica de automóveis da União Soviética foi montada pela Ford. Três anos depois, essa fábrica passava a dar lucros, depois de pagar a dívida com sua compra, para a União Soviética. No Brasil, quanto mais produzimos automóveis e vendemos automóveis, mais estaremos empobrecendo o povo brasileiro, porque estaremos remetendo para o exterior divisas que representarão sangrias

em nosso orçamento cambial. Mais ainda: esses automóveis, que deveriam ser feitos para uso do povo brasileiro, apenas podem beneficiar uma pequena minoria, porque o seu preço não está à altura da capacidade aquisitiva desse mesmo povo... apenas uma pequena minoria pode comprá-los. O Senhor Jânio Quadros encontrou este problema pôsto, esta solução errônea colocada. E não buscou como deveria, equacioná-lo em termos de solução nacional, isto é, através da nacionalização dessas fábricas que — aí sim — poderiam reverter em benefício do enriquecimento do povo brasileiro.

O Sr. *Tristão da Cunha* — Ia dar um aparte, mas já que V. Exa. fala em nacionalização de fábricas, deixo de fazê-lo. Desejava abordar a questão dos preços dos carros. Estamos vendendo para o exterior a mil dólares a unidade e ao povo brasileiro a três mil. Assim, vamos enriquecer o Brasil!

O SR. CELSO BRANT — V. Exa. tem razão. Um Volkswagen, por exemplo na Alemanha custa mil e oitocentos dólares. Nós vendemos ao povo brasileiro, o mesmo automóvel, fabricado no Brasil, por cerca de três mil dólares. Estranhamente, o Sr. Jânio Quadros pretendeu exportar automóveis produzidos em nosso País e o fez de maneira curiosa: vendemos para o exterior mais barato do que para o nosso povo.

Essa solução evidencia a falta de planejamento de todo o seu governo. Uma indústria nacional destina-se principalmente ao consumo interno e, apenas secundariamente, ao exterior. Se se podia vender ao estrangeiro mais barato, por que não modificar as diretrizes dessa política?

Esta questão, como muitas outras representam a herança do Sr. Jânio Quadros ao seu sucessor.

Prometeu S. Exa., nos comícios e nas praças públicas, tratar do problema fundamental do País, que é o crescimento catastrófico do

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

593

custo da vida do povo. O que era problema sério no Governo do Senhor Juscelino Kubitschek, se tornou, no seu Governo, ainda mais sério e mais ameaçador.

Também do problema da inflação que prometeu, em todas as oportunidades em que esteve em contato com o povo, tornar cada vez menor, até atingir a estabilidade monetária, S. Exa. não cuidou.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma grave lição nos traz a administração do Sr. Jânio Quadros que chega agora ao final: a de que os técnicos nacionais, os economistas brasileiros mais uma vez falharam na sua assessoria ao Chefe do Executivo nacional. Os grandes culpados do fracasso do Governo do Sr. Jânio Quadros foram os mesmos culpados dos erros do Governo do Sr. Juscelino Kubitschek. O Sr. Roberto Campos, os seus assessores financeiros, homens da mesma linha do Senhor Eugênio Gudin, que haviam dado ao Sr. Juscelino Kubitschek diretrizes para a sua política financeira, foram os mesmos que levaram o Sr. Jânio Quadros a dar ao País as Instruções 204 e 208, que conduziram o Brasil à beira do caos. E sobre esses homens ninguém se pronuncia. Eles serão, provavelmente, os assessores do Sr. João Goulart, se não houver um aviso, se não houver uma advertência, se o povo brasileiro não se capacitar de que precisa de cientistas, de economistas inteirados da realidade nacional e não de simples testas-de-ferro de interesses estrangeiros, que estão bem em todos os governos, que se colocam nos postos-chaves e, na hora em que se define a crise, se calam, se escondem, para voltar depois, na hora da bonança.

O Sr. Aurélio Vianna — Sr. Deputado, num regime presidencialista, quem escolhe seus auxiliares é o Chefe do Executivo. Ninguém vai para o Governo propriamente porque queira ir, porque, tenha vontade de firmar-se no Governo. Então entra um economis-

ta para um governo dizendo: eu sou o Ministro da Fazenda de agora por diante; ou, eu sou o Ministro das Finanças, de hoje em diante. Não! Ele é convidado. A responsabilidade direta é do Presidente. Não estou exculpando esses elementos que destroem a confiança do povo e concorrem para o aniquilamento da economia de um país. Mas a responsabilidade da escolha cabe ao Chefe da Nação.

O Sr. Padre Vidigal — Ele é o responsável.

O Sr. Aurélio Vianna — Exatamente, Padre Vidigal, é o responsável direto. Não sei por que defendermos a tese da irresponsabilidade do Presidente da República. Não digo que V. Exa. defenda essa tese, mas muitos o fazem. O Presidente, o Governador do Estado são irresponsáveis! Não! Eles têm o poder de convidar, nomear e demitir. Não precisam nem do referendo do Congresso. É poder seu, próprio, que a Constituição lhes concede. Ontem, ouvimos a exposição do ex-Ministro João Agripino. Não foi tão louvado por gregos e troianos? Não se manifestou aqui de tal modo que até os nacionalistas mais exaltados foram os primeiros a lhe bater as palmas mais entusiásticas? Não era auxiliar do Governo? Mas foi convidado. Aceitou. Poderia ter sido demitido — ele mesmo não o disse? O Sr. Presidente da República é homem acima do normal, disse S. Exa...

O SR. CELSO BRANT — Fora do normal.

O Sr. Aurélio Vianna — ... fora do normal. Ninguém que deixasse de cumprir seu dever permanecia no posto. Não tinha amigos, parentes, colegas. Se chegasse à conclusão de que o auxiliar não cumpria com o dever eliminava-o imediatamente. Então não tem responsabilidade?

O SR. CELSO BRANT — V. Exa. faz bem em lembrar o depoimento do Deputado João Agripino, que é realmente estarrecedor. Em deter-

minado momento, relatou S. Exa. que, tendo-lhe o Sr. Presidente Jânio Quadros levado a portaria que deveria depois se constituir na Instrução 204, observara os efeitos maléficos da instrução sobre o povo brasileiro, o peso, o ônus sobre as classes menos protegidas, causadas pela alta do custo da vida, e que talvez se convertessem em desassossêgo nacional. Acrescentou S. Exa. que, apesar de todas as suas objeções, apesar de todas as suas ponderações, o Sr. Jânio Quadros mandara publicar a Instrução 204, consciente dos seus resultados negativos e do mal que praticava contra os humildes que o elegeram. É realmente estarrecedor! Sem dúvida, quem inspirou a 204 foi o mesmo grupo de economistas liberais — liberais porque tem a liberdade de vender-se a grupos estrangeiros — ...

O Sr. Padre Vidigal — Porque têm a liberdade de explorar o povo.

O SR. CELSO BRANT — ... que inspirou muitos erros do Senhor Presidente Juscelino.

Mas quero chamar a atenção da Casa e do povo e daquele que será o sucessor do Sr. Jânio Quadros para o perigo de no Brasil, antes de o Presidente da República assumir o poder, não ter preocupação de constituir um grupo de homens experientes e conscientes que possam cumprir aquilo que prometem. É evidente que o Chefe do Executivo não é um especialista. Ele não pode conhecer Economia, não pode conhecer Finanças à altura das suas responsabilidades. Ele tem de ter uma assessoria.

O SR. PRESIDENTE — (Sérgio Magalhães) — Advirto o nobre orador de que dispõe de 5 minutos para encerrar sua oração.

O SR. CELSO BRANT — Obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

O Sr. Padre Vidigal — Senhor Deputado, naquele velório de ontem à noite, quando o ex-Ministro João Agripino, que recebemos de

coração e de braços abertos no seu regresso a esta Casa, descreveu, perfeitamente, o encontro que teve com o ex-presidente de raciocinar para convencer o Presidente de que a Instrução 204 não devia ser subscrita, não devia ser sustentada pelo Presidente, V. Exa. deve ter reparado que, três ou quatro vezes, o orador declarou que o Presidente não era um homem normal.

O SR. CELSO BRANT — É verdade.

O Sr. Padre Vidigal — Então, se o Sr. João Agripino, cuja capacidade de ser franco é uma das mais invejáveis neste País, e cuja lealdade para com o Sr. Jânio Quadros nenhum de nós tem o direito de pôr em dúvida, se ele, com sua franqueza e lealdade advertiu ao seu eminente Presidente dos maus efeitos, das consequências desastrosas e desastrosas da 204 e ele teimou em aplicar, essa instrução à realidade brasileira — não há que fugir ao raciocínio — ele foi o único responsável pela alta de custo de vida nesses seis ou sete meses do seu Governo, como V. Exa. está muito bem salientando.

O SR. ÚLTIMO DE CARVALHO — E, portanto, não defendeu os humildes e os pequeninos. Ao contrário.

O Sr. Padre Vidigal — Foi uma balela.

O SR. CELSO BRANT — É evidente que ele não os defendeu. A sua política externa, feita para conseguir a simpatia dos grupos de esquerda, não teve senão um sentido declaratório. Nada fez ele para que o Brasil, no plano internacional, tomasse uma atitude realmente vigorosa. Quando da invasão de Cuba, S. Exa. não protestou junto aos Estados Unidos, que organizaram a exportação. Apenas manifestou sua apreensão. Em outras oportunidades em que ele poderia e deveria ter-se pronunciado, como no caso de Portugal com relação a Angola, não o fez.

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

595

Poderia e deveria ter imediatamente dado início às relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os países da democracia popular. Não o fez. Deixou para os seus sucessores. Deixou mais; um país em situação de desespero. O povo desesperançado, o povo que acreditava nêle para resolver os seus problemas, recebeu com verdadeira tristeza a renúncia de um homem que era seu chefe. Um comandante, e na hora da luta, não pode desertar. Na sua luta pela legalidade, êle tinha o apoio de todo o Congresso Nacional. (*Muito bem*). Não acredito, Sr. Presidente, que tenha havido influência de força estranha no ato de renúncia do Sr. Presidente Jânio Quadros, porque, se houvesse, êle deveria, tinha obrigação de dizer ao povo que força era essa que impediu ao Presidente, eleito pelo povo de cumprir sua obrigação, defender os interesses desse povo. O exército não foi, porque consta da carta do Senhor Jânio Quadros ter obedecido e dado apoio a S. Exa. em todos os momentos. Do Congresso Nacional, não precisaria êle dizer nada, porque não só êle apoiou suas medidas realmente populares, como, mais ainda, aceitou que Sua Excelência penetrasse nos recintos da competência exclusiva do Congresso Nacional, para por meio de decretos, atingir o limite destinado ao legislador. O Parlamento não criou dificuldades a S. Exa. O que não podia era dar leis elaboradas do dia para a noite, a fim de, posteriormente, não ser obrigado a fazer como S. Exa. na impensada resolução que ampliou as horas de serviços e criou dois turnos para o funcionalismo público federal, de que êle mesmo se penitenciou. O Congresso Nacional não poderia legislar apressadamente. Tinha de fazê-lo com a maturidade das coisas que precisam ser gestadas lentamente.

O Sr. Padre Vidigal — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*) — Advirto o eminente orador de que o seu tempo está esgotado.

O SR. CELSO BRANT — Será o último aparte, com a anuência do Sr. Presidente.

O Sr. Padre Vidigal — Naquela carta dirigida ao Congresso pelo ex-Presidente Jânio Quadros, ficou patente que S. Exa. teve mais uma vez o medo da verdade total. E derivou, não para uma verdade parcial, porque nem parcial foi. Devia ter sido franco ao dizer que recebia pressões de grupos econômicos. Quais êsses grupos econômicos? Todos sabemos, o Brasil todo sabia que os grupos econômicos mais interessados que operam no território nacional financiaram a campanha de S. Exa. para Presidente da República, e depois tiraram os maiores e melhores proveitos dos sete meses do seu governo.

O SR. CELSO BRANT — Estavam representados no Ministério.

O Sr. Padre Vidigal — Logo, êle não pode debitar o agravo da crise aos grupos econômicos. Quanto à pressão política mentiu mais uma vez S. Exa., porque o número de votos caídos nas duas casas do Congresso é pequeníssimo, tomando-se em comparação o altíssimo número de seus vetos aprovados no Parlamento. Apenas dois caíram.

O SR. CELSO BRANT — O número de vetos caídos no governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi muito maior.

O Sr. Padre Vidigal — Quando S. Exa. disse que se lembrou dos trabalhadores e humildes, acabamos de provar que S. Exa. perdeu uma boa oportunidade de ficar calado.

Quis bancar o Sr. Getúlio Vargas, achando que sua carta poderia equivaler-se à carta-testamento daquele estadista nos seus efeitos políticos. Nesta hora quero acreditar que os que depositaram sua confiança nêle, sufragando-lhe o

nome nas urnas, que o conduziram vitorioso à Presidência da República ficaram completamente desencantados, pois de muita coisa seus eleitores sabiam, mas uma coisa desejariam que ele mostrasse: virilidade, masculinidade e coragem. Não a covardia que presidiu seu último ato.

O SR. CELSO BRANT — Senhor Presidente, não estou aqui para julgar o homem em seu momento de renúncia, mas não podemos deixar de tirar desse episódio a lição fundamental que ele nos traz. E essa lição é principalmente uma lição democrática. Em primeiro lugar, é contra o homem providencial, que tudo sabe, tudo resolve, porque esse homem é o homem que mais erra; em segundo lugar, a lição da advertência àquele que deverá sucedê-lo e que tem obrigação de dar ao povo brasileiro melhores condições de vida.

O primeiro início do fracasso do Governo do Sr. Jânio Quadros nós o tivemos na escolha de seu ministério. Aquêlê ministério não correspondia à sua promessa feita em praça pública. E desse erro inicial advieram os outros. S. Exa. ficou preso e ilhado. S. Exa. se afastou do clamor popular. S. Exa., com uma política bipartida, com uma política indefinida, que era ao mesmo tempo da esquerda e da direita, com uma política sem definição, não conseguiu ir avante, não conseguiu vencer aquêles primeiros obstáculos que lhe poderiam dar a possibilidade de cumprir os compromissos firmados diante do povo brasileiro de oferecer melhores condições de vida, para que o Brasil possa melhor realizar seus altos e alevantados destinos. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Convoco uma sessão extraordinária para hoje, às 15 horas com a mesma Ordem do Dia.

Em votação o projeto do decreto legislativo n.º 81-A, de 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São fixados os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966, em Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), mensais respectivamente.

Art. 2.º O Presidente da República perceberá, ainda, a importância mensal de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), a título de representação.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

Vai à redação final.

Discussão única do Projeto número 1.413-A, de 1960, do Senado que dispõe sobre o exercício da profissão de massagistas e dá outras providências tendo pareceres, da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade; e, favoráveis, da Comissão de Saúde.

Relatores: Srs. Carlos Gomes e Badaró Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA — * Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o futuro é uma interrogação, aproveitemos o presente. Aquêles que gostam de falar no parlamento, falem. Se puderem, uma vez, uma; duas vezes; três, quatro, cinco vezes, falem, porque o futuro é incerto totalmente, incerto.

Dizíamos certa vez que não precisávamos ser profetas, nem filhos de profetas para proclamar a fra-

* Não foi revisto pelo orador.

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

597

gillidade do regime que vige no País. Estamos a espera do Senhor João Goulart que já saiu, segundo as emissoras de Singapura e se dirige para o País, a fim de exercer o mandato presidencial até o fim. Ontem à noite e hoje de madrugada as estradas para os aeroportos estavam sob piquete, ocupadas por forças militares. No aeroporto de Brasília, também tanques à frente. No interior, forças embaladas da Aeronáutica. Aviões desciam e os passageiros ficavam à espera das forças da Aeronáutica que os corriam à procura do Vice-Presidente da República...

O *Sr. Celso Brant* — Atual Presidente da República.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... do atual Presidente da República, Sr. João Belchior Goulart.

Isto não é boato. É verdade. Mas os pronunciamentos correm o Brasil e já se ouviu hoje o último, de S. Exa. o Cardeal do Estado da Guanabara, D. Jaime Câmara, a favor do cumprimento exato dos postulados constitucionais, na conjuntura difícil que vive a pátria brasileira. E, pela Constituição, sucede ao Presidente da República, nos seus impedimentos, ou por vacância, o Vice. Não havendo eleições para preenchimento da primeira, só haveria eleições, se renunciasse o Presidente e o Vice-Presidente da República.

Já se propaga mesmo que corre no Senado uma emenda à Constituição para que as eleições à Presidência e a Vice-Presidência da República se processem indiretamente.

Quando estudei Direito Constitucional, aprendi que só há um país, nas três Américas, que usa o sistema de eleições indiretas para a eleição de Presidente da República — os Estados Unidos da América do Norte, que elege eleitores que elegend o Presidente da República. Eleições pela Câmara, eleições pelo povo são eleições diretas. Mas entende-se que eleições feitas pe-

los deputados e senadores para escolha do Presidente da República são indiretas. Colegas há, sei, que acham não devemos tratar desses assuntos, não, devemos dizer que os aeroportos estão fechados em Brasília, que os aviões vêm sendo revistados, porque isso poderia precipitar a crise. Já há crise. Não precipita coisa nenhuma. Apenas não poderemos dizer amanhã ao povo brasileiro que desconhecíamos o fato. Somos um poder desarmado. A nossa arma é a Constituição da República que nos países genuinamente democráticos, é uma grande arma.

Então, o que podemos fazer, é usando da tribuna da Câmara reclamar o povo — e as Forças Armadas, também são povo — defender os princípios constitucionais. Se a Constituição não serve, se está inatualizada, seja ela reprovada, mas não há regime democrático sem Constituição. Diriam: na Inglaterra existe um tipo especial de Constituição, um respeito impertérrio à lei, até mesmo ao costume, que tem foros de lei.

O *Sr. Celso Brant* — Parece-me, Sr. Deputado, que deveríamos ir além. Não só temos obrigação de não calar esses problemas, como nos cumpre exigir do Executivo informações a respeito. Deveríamos solicitar ao atual Presidente da República informações sobre que tropas são essas que andam vigiando os aviões, se têm ordens para isso, de quem são essas ordens, se S. Exa. está de acordo com as mesmas e se tomou providências para acabar com essa situação.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço o aparte de V. Exa.

Vamos admitir que existia um movimento no sentido de coagir o Sr. João Goulart a renunciar. O Sr. João Goulart seria testado e julgado pelo povo brasileiro. Há expectativa dentro e fora do Parlamento. Há pressões poderosas sobre o Sr. João Goulart para que renuncie. Se existem, renunciará

S. Exa.? Lembremo-nos da figura do Sr. Getúlio Dornelles Vargas. Formou-se um movimento, até armado, para que S. Exa. fosse jogado fora do poder. Armaram-se a sua família, os seus amigos, de metralhadoras. Fez a sua defesa. Aquêlê ato de coragem repercutiu no Brasil e no mundo inteiro. Ostracismo. Voltou nos braços do povo e recebeu uma consagração, elegendo-se Presidente da República. Velho cansado, exausto, desamparado, vendo a corrupção em torno de si, não tendo mais aquela capacidade de moço, do homem de meia idade, para resistir de armas na mão contra os seus inimigos, preferiu suicidar-se.

Sabia que, se continuasse vivo, jamais teria a mesma simpatia do seu povo e da sua gente. Mais nôvo — é o meu pensamento — teria resistido de armas nas mãos. Poderia ter sido sacrificado, mas resistiria. Poderia ter perdido o mandato, mas resistiria. E aí se faria credor da admiração de sua gente, do seu povo, até o fim de sua vida. Mas, porque já não tinha idade para êsses atos, sabendo que vivendo, seria desprezado e teria uma vida de amargura, sob o indiferentismo ou o desprezo do povo, suicidou-se.

Washington Luis ainda hoje é lembrado como exemplo de altivez, porque resistiu. E que resistência admirável a daquele homem! Se o Sr. João Goulart, porventura pressionado — estamos no domínio das hipóteses — renunciasse, poderia voltar para São Borja, se chegasse lá, e nunca mais seria nada neste País. Se não pudesse tomar posse, impedido, mas sem renunciar, seria credor da admiração de todo o povo brasileiro, até de seus mais empedernidos adversários.

Porque há uma desilusão neste País ninguém se engane. Recusome a entrar no mérito da questão fazendo uma análise dos últimos acontecimentos que culminaram na renúncia do Sr. Jânio Quadros.

Penso mesmo não ser êste o momento. Temos de tratar, agora, da posse do Presidente da República, eleito pelo povo para isto mesmo: vagando a Presidência, exercê-la; nos impedimentos do titular exercê-la. No impedimento dos dois, o exercício provisório passaria ao Presidente da Câmara.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho — Permite V. Exa. um aparte, dentro das considerações que vem fazendo?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não. Eu iria até fazer referência a um Barbosa Lima.

O Sr. Barbosa Lima Sobrinho — Otávio Mangabeira, certa vez, comparou a democracia brasileira a uma planta tenra que precisa de muito cuidado para crescer e para se firmar no solo. Tenho às vezes impressão um pouco diferente, que a democracia brasileira é racionalizada, que funciona dentro de certos preceitos constitucionais de vez que há uns preceitos para valer e outros para não significar coisa alguma. Mas apenas gostaria de perguntar neste momento a V. Exa. e à Câmara: que vale uma democracia racionalizada?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Deputado Barbosa Lima Sobrinho, V. Exa. fez uma pergunta que não havia sido formulada até agora. Que vale uma democracia racionalizada? Que vale uma Constituição interpretada ao talante daqueles que detêm a força?

A resposta de cada qual só poderia ser esta: democracia racionalizada não é democracia, não vale como democracia.

Eu me lembro, agora, das atitudes de um Barbosa Lima que governou o Estado de Pernambuco, um ancestral de V. Exa., Deputado Barbosa Lima Sobrinho. Num momento mais difícil da vida do País, e de Pernambuco, aquêlê Barbosa Lima, pressionado por forças militares poderosíssimas, se fez credor da admiração dessas mesmas forças militares poderosas, porque re-

sistia, na defesa de suas prerrogativas de governador do Estado de Pernambuco. Com elegância e altivez as enfrentava. Corajosamente. E, no fim, recebeu os aplausos da Nação, do povo de Pernambuco, que dele se orgulhava, e o respeito, mais absoluto, daquelas mesmas forças federais sediadas em Recife. Era a fibra pernambucana, era a tradição de luta daquele povo. Era tanto a sua história que se consubstanciava naquela época, naquele momento, no homem que representava uma força moral incontestável, uma fibra extraordinária na defesa do seu direito de governar livremente seu povo.

Vamos reconhecer que a paz que existe hoje no Brasil é a paz dos pântanos. De que nos serviria uma democracia totalmente mutilada, se porventura for verdadeira a notícia de que no Senado se manipula uma emenda à Constituição, para que a eleição do Presidente da República se processe pelo voto dos Senadores e Deputados Federais, dos Congressistas. Se esse movimento é para agora, é porque já está manipulado, é porque já se estabeleceu, é porque já se acredita. E, pior que tudo isso, é porque já se aceita que o Vice-Presidente da República, já Presidente, não assumirá. Então os Deputados e Senadores vão receber um nome, ou dois nomes, ou três nomes, para sufragarem, e estará eleito o novo Presidente da República sem o voto popular que, para João Mangabeira, é uma das armas mais notáveis para o aperfeiçoamento político do nosso povo. Vota-se para prefeitos, governadores de Estado, Presidente de República, Deputados, Senadores, Vereadores. O povo, porém, se entusiasma, vibra, transmuda-se, cresce e se agiganta quando da eleição para prefeito. Gastam homens de Municípios milhões, às vezes para eleger um prefeito e não gastam milhares para eleger um governador de Estado, um Presidente da República. Elei-

ção para governador de Estado acende-se novo entusiasmo, a democracia se revela na sua amplitude, o povo vibra, se distingue. Eleição para Presidente da República; há vibração incontida, extraordinária, notável. Diz o velho João Mangabeira que a eliminação disto, no sistema que vive na época em que estamos, seria tremendo golpe na democracia.

Sr. Presidente, temos, aqui, este projeto, que dispõe sobre o exercício da profissão de massagista e dá outras providências (riso) e a História vai registrar que nós, apesar das ameaças que pairam, continuamos discutindo. Disse um colega, há pouco, que o navio vai naufragando e o Aurélio falando. (Riso). Quando o "Titanic" naufragava, a calma que, em certo momento, se estabeleceu foi em virtude dos músicos de bordo. Não tendo perdido o controle, executaram uma música maravilhosa e bela. O navio socorreu e aquele exemplo ficou, até o momento quando, da tribuna de uma Câmara Federal, e no Brasil é citado e proclamado, como uma das atitudes corajosas de um grupo de homens que sabiam que a morte os esperava, mas que tinham a obrigação precípua de defender a tranquilidade dos que estavam no barco que afundava.

Mas tenho dito mais de uma vez que não é covardia. Nós podemos errar. No 11 de novembro tive satisfação e orgulho de ser brasileiro. Todos preocupados com a sorte do país e do regime, mas ninguém acovardado, esperando tranquilamente o desfêcho. E nestas horas é que se vê quanto o brasileiro é grande em seu destino. Nos maiores perigos como este que nós vivemos, agora, enchemos os aeroportos: aqueles mesmos, cercados de fuzis, de metralhadoras e de tanques ali nos encontramos à espera do legítimo representante do povo eleito nas urnas. Se Jânio Quadros tivesse resistido, teria encontrado quase totalidade do Congresso a seu lado, lutando na de-

fesa do seu mandato. Mas é outra história. E outra conversa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu li um artigo impressionante sobre um médico massagista, creio que finlandês. Mudara-se para Alemanha. Fixara-se na Holanda, quando a última guerra eclode. Himmler, o maior carrasco de toda a História humana, adoece gravemente. São consultados os maiores especialistas da Alemanha, e ninguém descobre a origem da enfermidade. Contorcia-se, gemia, sentia-se sufocado. Vêzes pensava que a morte estava perto. Até que alguém chamou a sua atenção para um médico que fazia milagres. Convidado esse médico, revela-se que é o maior massagista da Alemanha e da Holanda. Seus dedos têm verdadeira magia. Descobrem os músculos doloridos, a causa das dores. E então pelo cérebro desse homem passou uma idéia divina: usar o seu poder de cura, a sensibilidade dos seus dedos, os seus conhecimentos, inclusive hauridos de um grande massagista indiano, para levar aquele monstro humano a abandonar a idéia fixa de eliminar totalmente os judeus da face da terra. Ele era hábil. Quando as dores se aproximavam, era chamado. Primeiro fazia com que Himmler promettesse que iria evitar a morte de tantos judeus em tal ou qual parte. O seu poder era tamanho que Himmler, para se ver livre das dores, o atendia sempre.

Levantam-se suspeitas contra esse médico extraordinário, que é julgado. Descobre que, através das massagens que eliminava as dores do monstro nazista, ele havia evitado a morte de mais de 60 mil judeus.

E então passou a ser agraciado pela Suécia, pela Alemanha redimida, pela Holanda, por todo o mundo, um dos maiores massagistas da história.

Este projeto regula o exercício da profissão de massagista, e há muita gente, neste País, que está precisando de massagens, para que

as suas dores espirituais e físicas diminuam de intensidade, ou desapareçam, a fim de que as liberdades dos homens e dos cidadãos sejam garantidas e mantidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós não formos bons massagistas, nós, políticos, os nossos enfermos se liquidarão e nós também. Os ameaçados são o regime e a democracia. E quem os ameaça? Naturalmente, os seus inimigos que existem declaradamente ou em potencial.

Pelo projeto, o exercício da profissão de massagista só é permitido a quem possua certificado e habilitação, expedido ou registrado no Serviço de Fiscalização Médica, depois de sua aprovação em exame pelo mesmo órgão. Antigamente, qualquer parteira poderia exercer a profissão, sem qualquer autorização das autoridades competentes. Muitas vidas eram destruídas assim, em consequência da falta de esclarecimentos, da incompetência daqueles que se dedicavam a uma das profissões mais nobres, hoje reconhecida em quase todos os países do mundo civilizado.

Há países que não permitem o exercício dessa profissão às mulheres.

Houve um Congresso Internacional de enfermeiras e parteiras. Segundo li, foi um sucesso extraordinário. De todas as partes do mundo, chegavam mulheres que se dedicam a essa nobilitante profissão hoje regulada nos países civilizados.

Há massagistas — e eu permito dizer que fui um técnico em educação física — que não podem, nem estão em condições de exercer a profissão, porque, curiosos, causam males profundos aos que se entregam aos seus cuidados. Daí a propriedade do projeto regulando o exercício da profissão de massagista.

155.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

601

Não concordo muito com o critério estabelecido no projeto para a punição dos falsos massagistas: multa insignificante que qualquer um suportará plenamente, multa de dois e cinco mil cruzeiros. O falso massagista é um perigo para o enfermo. Em vez de salvá-lo, agrava-lhe o mal. Tentei sê-lo, numa época em que dirigia times de basquetebol e de vôleibol, mas desisti de praticar massagens por leituras feitas que me despertaram a atenção para o fato de que eu poderia estar prejudicando os atletas que me eram entregues.

Este projeto tem a sua importância. É mesmo de grande importância, principalmente, no momento, no instante em que grupos em toda a parte reunidos, aqui, ali, além, nos quartéis, no Palácio do Planalto, no do Alvorada, talvez em subterrâneos, nos aeroportos, nas docas, nos portos de embarque e desembarque, nos sindicatos, nas sedes estudantis, muitos que divinizavam a quem não era divino, estão surpreendidos e em colapso. Já existe até um certo sebastianismo, sebastianismo eleitoral. Não fazemos vítimas, nem mártires. O momento não é de fazermos vítimas, nem mártires, porque ninguém merece hoje, neste momento, o título de vítima ou de mártir. Como estou satisfeito com a minha própria consciência, por não ter ouvido certos cantos de sereias eleitoralistas que, em vez de pensar no bem do País, pensavam em si, nos seus interesses eleitorais e pessoais e concorreram muito para a situação a que chegamos, os endeusadores profissionais, os fazedores de heróis! Toda essa história vai ser contada no futuro, não agora, porque não é o momento próprio.

O SR. PRESIDENTE — (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) — O tempo de Vossa Excelência está a esgotar-se.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente, pediria a prorrogação do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE — (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) — Comunico ao nobre orador que dispõe de cinco minutos, mesmo incluindo a prorrogação.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Não sabia. Não olho para o relógio. Noutro momento anotarei a hora exata, para não causar dissabores. Vou falando, porque gosto de falar, até que chegue o fim: o meu, o dos outros, o do regime ou a garantia da sobrevivência dele.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, haverá surpresas. Aquêlê discurso de ontem foi um libelo acusatório, o maior que já ouvi. Só não o entendeu quem não o quis entender, ou quem está muito longe da realidade. Está claro. Inferia-se, deduzia-se, concluía-se. Nada tinha de mais, que justificasse nada.

Nossa luta, Sr. Presidente, e a do partido a que pertença, que é pequeno, é pela sobrevivência do regime democrático, pela legalidade democrática, mas legalidade democrática mesmo, sobrevivência do regime democrático mesmo, não de um regime qualquer mascarado de democrático. Assim já se pronunciou o Presidente do meu partido, Professor João Mangabeira. Foi bom não ter havido receso nestes dias. Todos estávamos aqui e, porque estávamos aqui, foi reunido o Congresso, que tomou conhecimento da renúncia do Presidente da República possibilitando a continuidade do sistema, através da posse do Presidente da Câmara.

Quando chegará o Sr. João Goulart? Chegará? Hoje ou amanhã? Está sendo ameaçado? Não está sendo ameaçado? Se ameaçado, voltará? Não voltará? São perguntas que incomodam, mas, como o não me incomodam a mim mesmo, eu as faço e respondo pelos outros a mim mesmo. Que volte, que venha, que assuma o poder. Se não puder assumir, que não venha. Que dê um exemplo vivo à posterioridade e aos que hoje vivem neste País. Se isto acontecer, haverá quem não se

esqueça. E os manipuladores das fórmulas antidemocráticas e anti-constitucionais pensem muitas vezes antes de pô-las em prática, porque poderão estar selando, não só a sorte do regime, com a sua própria.

Muitos não falam e não querem que falemos. Até bons amigos nos aconselham a não falar. Pode vir uma ditadura — dizem — e você ficará marcado! Que coisa mais terrível! *O tempora, o mores!* Traduzia um conterrâneo meu: "Chegou o tempo das amoras". Que tempos, que costumes! Não falar, para não se comprometer. Pode vir uma ditadura, os discursos são todos dissecados, cada qual é analisado e aí daquele que estiver na desgraça. Estará perdido. Então, cale o homem que sempre falou, calem os que sempre falaram, os que sempre analisaram. Quem sempre foi mudo continue mudo, não importa. Quem não tem o desejo de expor o pensamento, é respeitável sua atitude, é questão de tendência, de introversão ou extroversão, é questão que se explica perfeitamente bem. Mas, se quem sempre analisou deixar de analisar, torna-se suspeito. O bom Deputado e Senador não é apenas aquele que discute, que ocupa a tribuna discute projetos, mas é aquele que elabora, que vai às Comissões e vota conscientemente. Às vezes, não elabora; às vezes, não discute, mas seu voto é tão real e tão puro, é fruto de locubração, de estudos. É tão consciente que esse homem merece tanto respeito como aqueles que falam todos os dias e apresentam projetos. É meu pensamento. Muitos que falam todos os dias — sei de muitos deles — que discutem nas comissões sempre, que apresentam projetos, não são mais conscientes do que aqueles outros que votam conscientemente. Tudo isso é verdade.

O Sr. Ademar Carvalho — Permita nobre Deputado. Vossa Excelência é uma voz que sempre se levantou nesta Casa com toda a

honestidade, com toda a lealdade; é uma bandeira para esta Câmara, pela sinceridade com que fala. Neste momento, se Vossa Excelência calasse, causaria decepção à Casa e à Nação, que estão habituadas a ouvir sua voz sincera e leal.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Muito agradeço o testemunho de Vossa Excelência, que é muito precioso.

Se Vossa Excelência quisesse ter citado palavras, novo testamento poderia dizer: se a voz de Vossa Excelência calar, as pedras clamarão, revoltadas. Nobre Deputado Ademar Carvalho, se há momento decisivo na vida do Brasil, é este agora. Estas 48 horas são decisivas, poderemos mergulhar numa ditadura, disfarçada ou não, ou poderemos confirmar o regime, que nunca mais cairá, se aperfeiçoará sempre. É o grande teste a que está sendo submetida a democracia brasileira. Quisera neste momento pertencer a grupos políticos maiores. Quisera ter a responsabilidade de liderança de um grande grupo político. Estou satisfeito e orgulhoso de liderar a bancada de um partido pequeno, mas que está procurando, por todos os meios e formas, firmar-se como partido e se projetar defendendo as instituições democráticas. E não pertencemos a qualquer extrema, nem à extrema direita nem à extrema esquerda. Adotamos o socialismo democrático, que defende as liberdades humanas, que perde nas urnas e nelas se recupera.

Seria uma desgraça para este país, se ele mergulhasse, e nós com ele, na ditadura, que não teria nem mesmo cunho ideológico. Esta luta, esta inquietação, esta formação de partidos, este aniquilamento de partidos, tudo isto tem um significado muito mais profundo. É um povo jovem que se desenvolve, que quer acertar, que não encontrou o rumo ainda, mas deseja encontrá-lo, que é sincero na sua humildade. Não podemos

destruir tôdas estas esperanças, estabelecendo um regime não condizente com as tendências, com a alma, com o espírito, com a bondade, com a sensibilidade do povo brasileiro, e que só poderá aniquilá-lo.

Sr. Presidente, eu, que sou deísta, que acredito em Deus, há momentos em que, desesperado, descrente, desencantado — este é o termo — dos homens responsáveis pelos destinos políticos de nossa Pátria, volto os olhos para a eternidade e imploro aos Céus que preserve, que salve o povo brasileiro, não permitindo jamais ingressarmos na noite dolorosa, terrível, tétrica de um regime de lábios cerrados, de um regime ditatorial desumano que transforme a criatura humana, semi-divina, num simples boneco de engonços, numa simples coisa que não tivesse alma, que não tivesse espírito, que não tivesse sensibilidade, que não tivesse vontade. Nós, espiritualistas, temos esta grande vantagem; nas épocas mais difíceis, ainda apelamos para a divindade. Na guerra, clamava-se por toda parte: "Deus Salve a América". Este momento é dos verdadeiros crentes, cristãos, espiritualistas pedirem ao supremo arquitecto do universo, como se pedia na guerra que se salvasse a América, que salve o nosso País. Mas tem que haver um encontro de vontades. Os crentes têm de ir ao encontro da vontade do Criador. Não podemos ficar insensíveis, mesmo e apesar dos nossos rogos e dos nossos pedidos, para Deus não se esqueça do nosso País. *(Muito bem; muito bem. Palmas)*.

O SR. FERNANDO FERRARI *

— Sr. Presidente, serei breve, nesta oportunidade. Talvez volte aqui muitas vezes para emitir meu pensamento, sobre as comoções espirituais e políticas que sacodem a opinião pública brasileira.

Mas, desde já, Sr. Presidente, como sou um homem de definições,

como está de acôrdo com meu feitiço registrar as minhas atitudes, claramente, para, sobre elas e por elas me responsabilizar perante a história, desejo, no momento, para abrir este debate que aí está, fazer declaração para constar dos Anais.

Quero começar dizendo, com profunda sinceridade, que deploro profundamente a renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República. Lamento-o em razão da obra do governo que vinha realizando, no exercício de um mandato eletivo que traduziu os sentimentos populares, pois coube a Jânio Quadros, na vida brasileira, abandonar a política das elites situacionais, sustentadas em privilégios de oligarquias nacionais e regionais. A encontrou sempre a oposição de situações adquiridas, obstáculos que são aqueles que hoje se erguem contra a renovação trabalhista, esquecendo que a renovação é um imperativo histórico e que o povo brasileiro já afirmou sua maturidade.

O texto da mensagem da renúncia afirma entretanto que, como Presidente da República não lhe faltaram o apoio popular e a fidelidade das Forças Armadas. Assim, como um dos responsáveis pela eleição do grande brasileiro, refleti a estranheza do povo, esperando que o Sr. Jânio Quadros definia e denunciava as "esmagadoras forças terríveis" cuja reação o teriam levado a deixar o Governo.

Creio firmemente que esta Nação, ferida tantas vezes e que resistiu ao duro golpe da renúncia sangrenta de Vargas, resistirá sempre. Ninguém mais deterá sua marcha renovadora, buscando libertar-se da miséria e do subdesenvolvimento.

O que importa, agora, acima de paixões, que nada valem frente à imortalidade da Pátria, é a sustentação da legalidade. Lutarei pela união das lideranças políticas em defesa do regime e da Constituição. Mas é indispensável que ditas lideranças prestigiem a ordem

* Não foi revisto pelo orador.

legal, sobretudo pelos exemplos de contenção e de austeridade. O povo já sofreu demais. Que saibam Governo e Congresso, sob a fiança das Forças Armadas, compreender sua angústia e seu sofrimento, dando tranqüilidade aos lares inquietos.

Lanço, em nome de todos os trabalhadores renovadores do País uma mensagem de esperança aos brasileiros, pedindo que continuem serenos as suas atividades criadoras, na certeza de que a Nação retomará, impávida e gloriosa, os seus grandes caminhos de justiça, de amor de paz social.

Voltarei a esta tribuna outras vezes para, ao lado dos legisladores, ao lado dos democratas, defender a Constituição e o Cristo que nos inspira e que está sobre as nossas cabeças. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação o seguinte

PROJETO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O exercício da profissão de massagista só é permitido a quem possua certificado de habilitação expedido e registrado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina após aprovação, em exame, perante o mesmo órgão.

Art. 2.º O massagista, devidamente habilitado, poderá manter Gabinete em seu próprio nome, obedecendo as seguintes normas:

1) A aplicação da massagem dependerá de prescrição médica, registrada a receita em livro competente e arquivada no Gabinete.

2) Somente em casos de urgência, em que não seja encontrado o médico para a prescrição de que trata o item anterior, poderá ser esta dispensada.

3) Será, somente, permitida a aplicação de massagem manual, sendo vedado o uso de aparelhagem mecânica ou fisioterápica.

4) A propaganda dependerá de prévia aprovação da autoridade sanitária fiscalizadora.

Art. 3.º É terminantemente vedado aos enfermeiros optometristas e ortopedistas a instalação de consultórios.

Art. 4.º A infração do disposto na presente lei é punível, sem prejuízo das penas criminais cabíveis na espécie:

a) com o fechamento do consultório e recolhimento do respectivo material ao depósito público, onde será vendido, judicialmente, por iniciativa da autoridade competente;

b) com a multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 Conforme a natureza da transgressão, a critério da autoridade autuante.

Parágrafo único. A multa de que trata a alínea b, deste artigo, será aplicada em dobro a cada nova infração.

Art. 5.º Os processos criminais decorrentes da transgressão do disposto nesta lei, serão instaurados pelas autoridades competentes, mediante solicitação do órgão fiscalizador, nas Justiças do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam queiram ficar como estão. (*Pausa*).

Aprovado.

Vai à redação final.

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeiro preferência para discussão e votação do Projeto 4.334-A, de 1953, (n.º 41 da Ordem do Dia). — 26-8-61. — *Benedito Vaz*.